
A SEGURANÇA LESTE-OESTE E O ATLÂNTICO

O presente artigo tem por base uma conferência proferida pelo autor, na Academia Internacional de Cultura Portuguesa, em 21 de Fevereiro de 1995.

Ferraz Sacchetti

A SEGURANÇA LESTE-OESTE E O ATLÂNTICO

1. INTRODUÇÃO

Poderá parecer estranho o título *A Segurança Leste-Oeste e o Atlântico*, quando se deseja falar da *Segurança Europeia*.

O termo «*Segurança Leste-Oeste*» pretende chamar a atenção para as expectativas e as decepções do período actual que, pelas suas indefinições e contradições, ainda não foi baptizado.

Por outro lado, considera-se que a *Segurança Europeia* nunca se poderá dissociar da segurança do Atlântico Norte e das suas margens.

Acabaram os 45 anos de *conflito* Leste-Oeste. Mas, ao contrário do que se desejava, ainda se fala de *Leste-Oeste*, pois a fronteira política da Europa dividida parece renascer, embora não se saiba ainda muito bem onde.

Recentemente, este período que, à falta de melhor, tem sido chamado de *pós-guerra fria*, de *pós-bipolarização*, etc., acaba de ser designado, pelo Leste, de *paz-fria*.

Na generalidade, o mundo preocupa-se hoje mais com o comércio do que com o conflito. As decisões são tomadas no seio da UE (União Europeia), da ASEAN (Associação das Nações do Sueste Asiático), da NAFTA (Área de Comércio Livre da América do Norte), da APEC (*forum* para a Cooperação Económica da Ásia-Pacífico), do MERCOSUL (Mercado Comum da América do Sul), da SADC (Conferência para o Desenvolvimento da África Austral), do FMI (Fundo Monetário Internacional), do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), etc.

Mas a mais alta prioridade atribuída aos assuntos, às organizações e às relações de carácter económico e social não consegue evitar a crescente pobreza do mundo: segundo a UNICEF, sem guerras e sem desastres naturais, duzentas e cinquenta mil crianças morreram em cada semana de 1994; mais ainda, mil milhões de famintos, oitocentos milhões de analfabetos,

trinta milhões de refugiados e deslocados, são alguns dos dados mais dramáticos (1).

No entanto, embora esta *guerra económica* seja uma guerra não violenta, a verdade é que não há paz no mundo. Não há paz entre tribos, entre grupos nacionais, entre estados. O perigo das armas nucleares não diminuiu, embora tenha diminuído a ameaça que representam, isto é, a vontade política de as usar. A proliferação de armamentos com grande poder letal tem aumentado e, no novo mundo multipolar, aos grandes centros de poder, os EUA, a Europa Ocidental e o Japão, juntou-se ultimamente a China que continua isolada mas que, para além dos factores do poder nacional de elevado valor que são a população, a superfície, a localização geográfica e os recursos naturais, apresenta um crescimento económico excepcional e um rearmamento que o estado actual das relações internacionais, ou as considerações geoestratégicas, dificilmente poderão justificar.

Entretanto, as organizações de segurança e de defesa da região euro-atlântica estão em reestruturação. No resto do mundo, as poucas que existiam têm sido extintas.

Mas recuemos um pouco na História.

2. DA CARTA DO ATLÂNTICO AO EXÉRCITO EUROPEU

No dia 12 de Agosto de 1941, a bordo do navio da Armada Real Britânica *Príncipe de Gales*, o Presidente dos Estados Unidos da América e o Primeiro-Ministro do Reino Unido assinaram uma declaração conjunta que viria a ser designada *Carta do Atlântico*. É de salientar que os Estados Unidos eram ainda um país tecnicamente neutral. As duas potências estabeleceram os princípios que haviam de nortear a procura de uma paz estável para todos os povos, após a derrota da Alemanha nazi. Era uma preocupação de segurança global.

Pouco depois da 2.^a Guerra Mundial, em 4 de Março de 1947, o Reino Unido e a França assinaram o Tratado de Dunquerque. Eram potências vencedoras e ocupantes da Alemanha, preocupadas com a organização da

(1) Cf. *Agência Ecclesia*, Lisboa, Secretariado Nacional das Comunicações Sociais da Igreja, 21 de Dezembro de 1994, pág. 4.

defesa da Europa contra o eventual renascimento do perigo alemão. Era uma preocupação de segurança regional.

Praticamente um ano depois, em 17 de Março de 1948, conseguiram a adesão dos três países do Benelux e assinaram o Tratado de Bruxelas.

Congregadas as vontades políticas e definidos os objectivos de defesa, faltavam as capacidades para concretizar os propósitos enunciados. O Tratado de Bruxelas era *uma soma de fraquezas*, representando um esforço que os cinco países destruídos pela guerra só poderiam vencer se o inimigo continuasse a ser uma Alemanha mais destruída do que eles e totalmente ocupada.

Mas, durante esse ano de 1948, uma série de acontecimentos obrigou a redefinir o inimigo, que passou a ser a União Soviética. Na verdade, depois da guerra a União Soviética não tinha desmobilizado, estava a formar o *Bloco Leste* pela imposição de governos comunistas nos países ocupados pelo Exército Vermelho e ameaçava outros países da Europa e da Ásia, nomeadamente a Grécia, a Turquia e o Irão. Em 24 de Junho de 1948 iniciou o Bloqueio de Berlim, primeira agressão contra os antigos aliados, na Europa.

Era necessário alargar a união política para a defesa da Europa e valorizá-la com a capacidade militar e económica norte-americana, a única potência nuclear de então. Foi assinado o Tratado do Atlântico Norte, em 4 de Abril de 1949.

Porém, a criação da NATO, das suas estruturas e de todos os comandos, teria que demorar algum tempo, e, por outro lado, não havia intenção de revogar o Tratado de Bruxelas. Pelo contrário. Muito impulsionados pela França, os membros do Tratado de Bruxelas continuaram a preocupar-se com a organização da defesa europeia e, em 27 de Maio de 1952, foi assinado em Paris o Tratado sobre a Comunidade Europeia de Defesa (CED) onde, pela primeira vez, a República Federal Alemã e a Itália participaram, a par dos outros Estados da Europa Ocidental.

Nascida de uma proposta francesa, a CED morreu por decisão da Assembleia Nacional francesa, em 29 de Agosto de 1954. Para além de outras razões, a França receava as consequências da sua fraqueza perante a República Federal Alemã, embora esta estivesse apenas a iniciar a sua recuperação económica e fosse ainda um país militarmente ocupado. A morte de Estaline, em 1953, e a subida ao poder de Kruschchev, também influenciaram

a decisão francesa. Nessa altura muitos alimentaram a esperança de ver, nesta mudança da chefia soviética, o fim do confronto Leste-Oeste.

Este insucesso europeu não interrompeu os 40 anos de regular consolidação da Aliança Atlântica, num ambiente de verdadeira cooperação política e militar. Tal só foi possível porque a ameaça era clara, igualmente sentida por todos os membros. Havia a certeza que só a união poderia manter a enorme capacidade necessária ao equilíbrio dissuasor. Isto é, os membros da Aliança não tinham percepções diferentes em relação às ameaças, nem em relação aos objectivos e aos meios para as enfrentar. Apenas a França, mais uma vez, decidiu abandonar a NATO a partir de 1 de Julho de 1966, apesar de ser esta a única organização existente para a defesa da Europa.

O Muro de Berlim caiu em 9 de Novembro de 1989, no 54.º aniversário da *Noite de Cristal* (1935). Nasceu então a esperança de uma vida internacional mais pacífica e de uma comunidade internacional mais capaz de solucionar pelo diálogo os seus conflitos, o que até permitia prever a desvalorização ou mesmo o desmantelamento das organizações de defesa existentes.

A *Ameaça*, identificada, localizada e quantificada, desapareceu, e a hipótese da deflagração de uma Terceira Guerra verdadeiramente global, convencional ou nuclear, passou a ser muito remota.

Mas, por isso mesmo, as potências sentem-se cada vez mais livres para avaliar e para decidir de forma independente qual a sua atitude perante os muitos conflitos que continuam a surgir com tanta ou maior frequência, com tão grande ou maior violência, em relação aos tempos da bipolaridade.

Não sendo conhecida mais qualquer ameaça e havendo percepções muito diferentes acerca das consequências dos riscos identificados, os diferentes Estados, mesmo os membros da Aliança Atlântica, reagem aos conflitos das formas mais diversas, de acordo com os seus interesses nacionais e com bastante indiferença pelos objectivos comuns ou pela preservação dos valores que os conflitos destroem. Esta atitude já tem sido designada de *pacifismo egoísta* ou de *imobilismo estratégico*.

A mesma atitude é manifestada em relação às várias organizações que poderão ser criadas, reestruturadas ou dissolvidas, na nova arquitectura de defesa europeia.

E novamente a França, que propôs e inviabilizou a CED em 1954, que foi membro fundador da NATO e a abandonou em 1966, que boicotou durante mais de um ano (de Fevereiro de 1969 a Junho de 1970) o Conselho de Ministros da União Europeia Ocidental (UEO) e depois (em Fevereiro de

1984) pressionou a reactivação desta Organização, defende agora fortemente a criação de um *exército europeu*, subordinado ou não à UEO, que poderá ser considerado ou não o braço armado da União Europeia, mas que exclui, de certeza, a participação das Forças Armadas norte-americanas.

Por outro lado, a Alemanha envolve-se em todas as organizações que vão emergindo, sem manifestar claras preferências por nenhuma e podendo, muito bem, estar a preparar-se para liderar indiscutivelmente as que sobreviverem.

Em 12 de Julho de 1994, o Tribunal Constitucional alemão de Karlsruhe anulou as anteriores proibições constitucionais e decidiu autorizar as Forças Armadas alemãs a actuar em qualquer parte do mundo. Porém, a Alemanha parece ainda não ter definido o papel das suas Forças Armadas no apoio à política externa, nem a sua política de intervenção para a resolução dos conflitos, com emprego controlado da força militar.

Parece contudo evidente que a primeira preocupação da Alemanha será a consolidação da sua hegemonia política e económica na Europa Central (?). Recorde-se que a Europa Central deste pós-bipolarismo é constituída por países que pertenciam todos ao grupo dos neutros e dos não alinhados, ou ao Pacto de Varsóvia; não há um único país da Europa Ocidental.

Sendo assim, tudo indica que o *eurocorpo* ou o *exército europeu* continuará a ser, por mais algum tempo, unicamente um produto de uma relação bilateral difícil e politicamente instável, entre a França e a Alemanha, embora alguns outros estados se tenham apressado a aderir, como que para

(?) Se ainda tiver sentido considerar a divisão da Europa em Europa Ocidental, Europa Central e Europa de Leste, deverá considerar-se que:

- a. A Europa Central pertencem a Áustria e os países que, tendo sido do Bloco Leste, faziam anteriormente parte do espaço da antiga Cristandade: ex-República Democrática Alemã, Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria.
- b. A Europa de Leste pertencem os países que se desenvolveram sob a influência da Igreja Ortodoxa: Bulgária, Roménia, Rússia (europeia) e parte da Jugoslávia (uma das razões da guerra civil actual).

Por outro lado recorda-se que a civilização que, a partir da Idade Média e durante a Idade Moderna, se designou por *Cristandade*, durante o *Século das Luzes* (Séc. XVIII) passou, por razões óbvias, a designar-se *Civilização Europeia*; quando, mais tarde, quebrando as fronteiras da Europa, transpôs o Atlântico, novamente mudou o nome para *Civilização Ocidental*.

Hoje há quem defenda que os Estados Unidos, com cerca de dois séculos de forte imigração e de caldeamento de raças e povos, está a criar a sua própria civilização, tal como aconteceu com o Japão, e começa naturalmente a separar-se da Civilização Ocidental.

não perder as vantagens e o prestígio de fundadores (Bélgica, Espanha e Luxemburgo).

Hoje, o peso alemão no comando do *exército europeu* é evidente e a sua mais importante manifestação pública foi o desfile nos Campos Elísios, nas comemorações da Tomada da Bastilha, de 14 de Julho de 1994. Desfilou uma unidade alemã totalmente motorizada, para não recordar aos franceses a marcha das botas nazis no desfile triunfal de Junho de 1940, no mesmo local.

Se a ideia do *exército europeu* vingar e se, de qualquer modo, tal significar uma desvalorização do papel da NATO e uma rejeição ou mesmo simples redução da presença ou do interesse norte-americano pela região euro-atlântica, será grande a perda para a Europa. Porém, esta hipótese tem sido frequentemente apontada como o objectivo não claramente expresso do eixo Paris-Bona. A este eixo de mentalidade nitidamente continental tem-se associado a outra potência também continental, a Espanha. Têm frontalmente contrariado a ideia as potências marítimas: Estados Unidos, Reino Unido, Holanda e Dinamarca. Portugal também não se tem mostrado entusiasmado e apenas colocou um observador junto do comando do *eurocorpo*.

A Europa da Antiguidade Clássica era mediterrânica, mas o seu comércio já se estendia ao Atlântico através de viagens marítimas costeiras, realizadas com certa regularidade. Desde então a Europa foi, é cada vez mais e terá que continuar a ser, uma Europa marítima, absolutamente dependente do livre uso do Atlântico.

Por outro lado, numa balança global de poderes para o tratamento dos problemas de segurança e de defesa, tanto os Estados Unidos e o Canadá como a Europa não poderão deixar de estar no mesmo prato da balança, pois partilham a mesma civilização e permaneceram unidos sempre que foi necessário defender intransigentemente os valores e os interesses comuns.

Nesta ligação que a história dos dois últimos séculos mostra ser indispensável manter, e que a evolução aconselha fortalecer, o Atlântico é um verdadeiro mar interior, de interesse vital. É um oceano de navegação intensiva e não extensiva. É um oceano que une, é um *mediterrâneo* da Civilização Ocidental.

3. A UNIÃO EUROPEIA OCIDENTAL

A União Europeia Ocidental (UEO), desde a sua criação até 1991, passou por várias fases cuja sequência teve uma certa coerência.

A UEO nasceu nos Acordos de Paris, em 23 de Outubro de 1954, assinados para a reformulação do Tratado de Bruxelas de 17 de Março de 1948.

Apareceu como uma insistência para dar corpo às preocupações europeias de defesa, logo após ter falhado a criação da Comunidade Europeia de Defesa (CED) (29 de Agosto de 1954).

A UEO recebeu as muito fracas estruturas militares criadas pelo Tratado de Bruxelas, mas logo realizou que qualquer desenvolvimento do sistema de defesa teria necessariamente que se apoiar no poder militar e económico norte-americano, o que só seria possível no âmbito da NATO.

Todos os membros da UEO eram membros da mais ampla e poderosa NATO, e nas duas organizações havia uma clara coincidência de finalidades e de objectivos. Evitaram-se duplicações dispendiosas e inúteis, e a UEO foi transferindo as suas responsabilidades militares, económicas e socioculturais para outras organizações existentes, mais especializadas: NATO, OEEC, que passou a ser OCDE em 30 de Setembro de 1961, e Conselho da Europa (CE).

Quando, em 1984, foi decidido reactivar a UEO, existiam também razões válidas para assim proceder:

a. Acabava de se conseguir o acordo para retirar da Europa os mísseis nucleares de alcance intermédio, mas a participação dos europeus nas negociações para tal encetadas entre os EUA e a URSS não tinha tido a unidade e o peso desejados.

b. Durante este período de negociações, desde a *decisão das duas vias*, em Dezembro de 1979, até à instalação do primeiro míssil nuclear de alcance intermédio da NATO, em Dezembro de 1983, a Europa teve de suportar uma intensa campanha pacifista que muito afectou o espírito de defesa e que obrigou a coordenar esforços para a enfrentar. Essa coordenação poderia ter lugar no seio da UEO.

c. A ameaça continuava bem caracterizada, mas a prossecução de uma estratégia cada vez mais global da União Soviética, que para isso desenvolvia aceleradamente o seu poder naval, obrigava a Europa a defender os seus interesses em áreas distantes, muito para lá das fronteiras da NATO. A UEO não tinha limites geográficos para a sua actuação.

d. Nessa projecção de poder *out-of-area* dois aspectos fundamentais deveriam ser considerados. As superpotências continuariam a evitar enfrentar-se directamente, pelo que, em diversas circunstâncias, a Europa poderia ter

que actuar sozinha, não por falta de solidariedade do aliado norte-americano mas por imperativo de segurança global. Neste caso, a participação da França, com forte implantação em África e considerada talvez a segunda potência naval ocidental, excluída a superpotência, seria de grande valor. A superpotência não pertence à UEO, enquanto que a França é membro da UEO mas não pertence à estrutura militar do Tratado do Atlântico.

e. Por último, embora seja um assunto muito controverso, a iniciativa de Defesa Estratégica (IDE) anunciada em 1983 levantou muitas suspeitas sobre o empenhamento dos EUA em manter a Europa, no futuro, sob a protecção do seu guarda-chuva nuclear. Fraquejava gravemente a credibilidade do conceito de *dissuasão nuclear alargada*, e a UEO poderia ter que criar o seu dissuasor nuclear independente, a partir das forças nucleares francesas e inglesas.

Por tudo isto a reactivação da UEO parecia útil e lógica.

Após a queda do muro de Berlim e a dissolução do Pacto de Varsóvia nem uma só destas razões subsiste: não existem duas superpotências em risco de confronto directo, a Rússia abandonou a estratégia global directa que vinha sendo seguida pela URSS, a ameaça, velha de 45 anos, diluiu-se, a estratégia de dissuasão nuclear e a IDE baixaram extraordinariamente na escala das preocupações dos Governos ocidentais e os limites geográficos da NATO perderam rigidez e significado.

A situação estratégica mundial não contém hoje elementos que congreguem as vontades políticas dos países ocidentais na definição de objectivos de segurança comuns. Na verdade a União Europeia raramente tem conseguido seguir uma política de defesa e segurança comum, nem tão-pouco tem conseguido decisões unânimes sobre os mais graves conflitos regionais onde a UEO poderia ter actuado, ou actuar, como seu braço armado.

E se conseguir essa decisão consensual para intervir num conflito grave, por exemplo numa Bósnia novamente desavinda, terá capacidade para o fazer sem a cooperação norte-americana? E se os EUA aceitarem cooperar, não o farão apenas no âmbito da NATO?

Certamente que a UEO teria capacidade militar e económica suficiente para intervir em qualquer dos conflitos regionais actuais ou previsíveis, pois a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Itália e a Espanha contam-se entre os oito países simultaneamente mais ricos, mais industrializados, mais poderosos e tecnologicamente mais avançados do mundo. Porém, não parece

que tenham vontade política para usar senão uma pequena parcela do seu poder, caso o conflito não ofenda directamente os seus interesses vitais.

A UEO, depois da dissolução da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, tem sido fortemente defendida pela França e também pela Alemanha.

Em relação à Europa é uma procura de prestígio e de ascendente político; em relação aos Estados Unidos é um processo de afastamento, ostensivamente desejado pela França (2) que, por vezes forçadamente, se tem fundamentado em esporádicas manifestações isolacionistas norte-americanas.

A NATO será, por muito tempo ainda, útil e insubstituível. Mesmo os países da Europa Central e da Europa de Leste é na NATO que procuram o garante da sua defesa, e não na UEO.

Assim, a reestruturação e aprofundamento da UEO, neste momento, não se baseia em factores externos que afectam a defesa do Ocidente, mas antes em questões internas do próprio Ocidente, relacionadas com a reclassificação de potências ou com a procura de maior prestígio, ou ainda com a disputa pela liderança.

4. OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos estão hoje mais livres no exercício da sua estratégia global, não só porque dispõem de avultados meios que anteriormente estavam empenhados no dispositivo exigido pelo confronto Leste-Oeste, como também porque não mais receiam um choque entre as duas superpotências, no desenvolvimento de estratégias directas, em qualquer parte do globo.

Reconhecem ser a única superpotência, responsabilidade que querem assumir, quebrando definitivamente os limites geográficos da recuada Doutrina Monroe ou as limitações impostas pela recente bipolarização política.

Os Estados Unidos têm constantemente afirmado que querem participar activamente no processo europeu de decisão política sobre matérias de segurança e de defesa, embora sejam mais reservados no que se refere à atribuição de meios para a concretização operacional das decisões que vierem a ser tomadas. Não querem ser chamados à Europa apenas quando, em consequência da degradação de qualquer disputa que eles não puderam

(2) Cf. William Safire, Bombardeamentos Precisam-se, *Diário de Notícias*, de 3 de Dezembro de 1994.

influenciar, se criarem situações irreversíveis que conduzam inevitavelmente ao conflito generalizado.

Por isso mesmo querem permanecer na NATO e muito se esforçam por ir adaptando a Aliança à evolução da situação internacional. Começaram por propor a criação do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN), lançaram em Janeiro de 1994 a Parceria para a Paz (PpP) e começam agora a defender o alargamento da NATO aos Países da Europa Central e Oriental (PECO).

Na Cimeira da CSCE, em Budapeste, de 5 a 6 de Dezembro de 1994, o Presidente Clinton, admitindo o ingresso da Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria até fins de 1995, disse: *A expansão fará os novos membros, velhos membros e não membros, mais seguros*. Aludindo depois à oposição manifestada pela Rússia e que mais abaixo se menciona, disse ainda: *A nenhum país de fora será consentido vetar a expansão* (*).

A maioria republicana no Senado e na Câmara dos Representantes, conseguida nas eleições de 8 de Novembro de 1994, deve influenciar significativamente a política externa dos Estados Unidos. É a primeira vez, nos últimos 40 anos, que os republicanos obtêm a maioria nas duas Câmaras do Congresso. O líder dessa maioria no Senado, Robert Dole, pensa *que é tempo de reafirmar a liderança dos EUA na segurança internacional* (**) e que as forças norte-americanas nunca devem ser colocadas sob comando estrangeiro, mesmo as que participarem em forças da ONU.

Os republicanos também querem apressar o alargamento da NATO, pelo menos aos países do Centro da Europa, e nesse sentido já se manifestou a Câmara dos Representantes em meados de Fevereiro de 1995. Estas posições devem neutralizar as raras vozes isolacionistas que se começaram a manifestar nos Estados Unidos, logo após a extinção do Pacto de Versóvia e a desintegração da União Soviética.

5. A FEDERAÇÃO RUSSA

A Rússia abandonou a estratégia directa global que vinha sendo seguida pela União Soviética e concentrou as suas atenções e esforços na manutenção

(*) Cf. *Time*, de 19 de Dezembro de 1994.

(**) Cf. *Diário de Notícias*, de 2 de Janeiro de 1995, pág. 11.

da hegemonia na área geográfica da ex-URSS. Considera que, nessa região, Moscovo exerceu um indiscutível predomínio político e cultural ao longo de um período histórico muito mais dilatado do que os 70 anos de vida da União Soviética. A área geográfica de interesse tem uma extensão próxima da do continente norte-americano e abrange 15 países.

A atitude da Federação Russa em relação ao que designou *Estrangeiro Próximo* recorda, de certo modo, a Doutrina Monroe de 1923 no continente americano.

O Presidente Ieltsin não admite a intervenção *estrangeira* nos conflitos das repúblicas da ex-União Soviética, embora consinta a presença de observadores. Recordou que se a comunidade internacional aceita o papel interviniente da Organização dos Estados Americanos, da Organização da Unidade Africana, da Liga Árabe, da NATO, etc., deverá aceitar também o da Comunidade de Estados Independentes (CEI). (Note-se que o *Estrangeiro Próximo* é mais extenso do que a CEI, pois inclui as três repúblicas bálticas.)

Esta ideia é apoiada por opiniões como a expressa pelo Subsecretário-Geral da ONU para as Operações de Paz, que recentemente visitou Lisboa para proferir uma conferência no Instituto da Defesa Nacional. Kofi Annan afirmou que a ONU considera bem-vindos os esforços pela paz de organizações como a NATO e a ASEAN, pois *a ONU não reclama o monopólio das missões de Paz* e entende que as relações entre estas organizações e a ONU são *complementares e não competitivas*.

A Federação Russa quer ser reconhecida, ouvida e respeitada, como grande potência. Para isso vem actuando, muito mais decididamente, a três níveis diferentes.

Internamente não admite separatismos nem a autonomia de movimentos nacionalistas. O conflito da Chechénia, república que tinha declarado unilateralmente a independência no Outono de 1991, ainda sob a presidência da União Soviética, mostra bem como Moscovo pretende defender intransigentemente a unidade nacional.

No círculo mais alargado da CEI pretende manter uma posição fortemente hegemónica que, no seu entender, direitos históricos e culturais legitimam. As eleições presidenciais na Ucrânia e na Bielo Rússia, em meados de 1994, foram ganhas por personalidades apoiadas por Moscovo; logo a seguir, o Presidente Ieltsin conseguiu estreitar os laços políticos que unem os países da CEI.

Por último, em relação ao resto do mundo, considera decorrido o período das grandes transformações impostas pela nova ordem internacional. Retomará agora a luta aberta pelos seus interesses, que já se prevê que continuarão, frequentemente, em conflito com os das restantes potências. No dia 1 de Dezembro de 1994 rejeitou um acordo de cooperação com a NATO; nessa altura afirmou que não aceita *novas divisões da Eurapa, que as novas fronteiras na NATO só podem significar que ela continua a ser o «inimigo»,* e disse também que *os alinhamentos não têm futuro real.* Logo no dia seguinte, e pela primeira vez desde Novembro de 1989, usou o veto para inviabilizar uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas propondo o endurecimento das sanções contra os sérvios. Depois, no dia 5 de Dezembro, na abertura da Cimeira da CSCE, em Budapeste, acusou o Ocidente de, ao alargar a NATO até às suas fronteiras, estar a recriar os blocos, desta vez unindo todos contra a Rússia. Disse Ieltsin: *A Europa, não se tendo ainda libertado da herança da «guerra fria», corre o perigo de mergulhar numa «paz fria». Porquê semear as sementes da desconfiança?* Mais tarde ainda, no discurso proferido à Nação em 16 de Fevereiro de 1995, o Presidente Ieltsin insistiu na sua oposição ao alargamento da NATO por adesão dos países da Europa de Leste, afirmando que tal prejudicará os *esforços comuns para formar um modelo verdadeiramente moderno de segurança pan-europeia* (6).

6. A NATO

Pensava-se que a NATO passaria agora a ter um maior peso político, isto é, que aumentaria a importância das suas responsabilidades políticas face às suas preocupações de nível estratégico ou ao interesse operacional da sua componente militar.

Simplesmente a NATO está a sofrer, politicamente, as contradições que vivem as grandes potências quando manifestam muito claramente a determinação de privilegiar os seus interesses nacionais, sempre que estes estiverem em conflito com as decisões da comunidade internacional.

(6) *Diário de Notícias*, de 17 de Fevereiro de 1995, pág. 14.

Por outro lado, a NATO que sempre adoptou uma estratégia de dissuasão, isto é, uma estratégia de não guerra que procura a paz desencorajando a agressão, também neste nível estratégico enfrenta alterações importantes:

a. Durante 45 anos exibiu a força para evitar o recurso à força, e acaba agora por utilizar a força quando desapareceu o confronto que foi a sua razão de ser.

b. Está a actuar militarmente fora da área geográfica da Aliança, que logo no início definiu e que sempre intransigentemente quis respeitar.

c. Tem dificuldade em encontrar uma linha política coerente, orientadora da estratégia a seguir e que lhe permita elaborar um programa operacional com alguma consistência.

Durante os anos de guerra fria a evolução da NATO processou-se essencialmente no nível estratégico e dependeu de parâmetros tais como as alterações de atitude política e estratégica do adversário, a evolução da ameaça provocada pelo desenvolvimento tecnológico e a capacidade económica dos seus membros para suportar os encargos que o acompanhamento daquelas evoluções poderiam acarretar.

Hoje, a NATO tem que se preocupar mais com a sua fragilidade interna do que com a gravidade das ameaças, apesar de, pela primeira vez, estar a combater.

As dificuldades internas derivam de razões várias, tais como:

a. O modo como cada membro vê ou vive as profundas mudanças na situação política internacional.

b. O facto de os riscos que acompanham essa evolução parecerem controláveis ou, pelo menos, parecer controlável o envolvimento de cada um dos seus membros nos conflitos que possam resultar daquelas situações de risco.

c. As principais potências terem tomado a clara decisão de privilegiarem os seus interesses nacionais, sempre que eles colidam com os interesses expressos pelas organizações internacionais de que fazem parte.

d. A reestruturação das organizações europeias ou euro-atlânticas com responsabilidades em matérias de segurança e de defesa terem tendência para o alargamento da sua composição e das suas competências, com consequências sobreposições. Esta situação é fortemente influenciada por interesses nacionais divergentes, muitas vezes hegemónicos, de algumas potências.

Os Estados Unidos claramente preferem a NATO mas prestam atenção ao interesse da Rússia pela CSCE. A Federação Russa pretende claramente o fortalecimento da CSCE e o enfraquecimento de todas as outras organizações

criadas pelo Ocidente. Em Outubro de 1994 apresentou uma proposta segundo a qual a CSCE seria o órgão de segurança de toda a Europa, coordenando as duas organizações regionais: a NATO e a CEI. Os Estados Unidos rejeitaram a subordinação da NATO à CSCE (7).

A França, na Aliança Atlântica mas fora da NATO, prefere o fortalecimento da UEO, dotando-a de um braço armado exclusivamente europeu.

A Alemanha que, como se referiu, participa interessadamente em todas as organizações, vai avançando sozinha no Centro e Leste da Europa, sempre que os seus parceiros se atrasam. Criticando a proposta russa acima referida, e, principalmente, a posição dominante que a Rússia pretende ter na CEI, a Alemanha rejeitou *quaisquer direitos especiais de qualquer Estado em qualquer parte da área da CSCE* e defendeu que a CSCE, não a CEI, deverá ser o instrumento de *primeiro recurso* na gestão de crises regionais (8). Certamente entenderá que este princípio tem aplicação geral, abrangendo também os membros da NATO.

7. AS FRONTEIRAS DA EUROPA

O comportamento da comunidade internacional e, nomeadamente, da Europa, em relação aos trágicos acontecimentos da Bósnia, e as declarações e atitudes recentes da Rússia, mostram bem a necessidade de reencontrar objectivos de defesa e de segurança comuns, ainda que o ambiente geral, felizmente, não seja de confronto.

Por outro lado, é evidente que o problema fundamental actual não é o da capacidade militar nem já o da reestruturação ou da substituição de forças que poderão garantir a segurança na Europa. A reestruturação e a modernização estão em curso.

O problema é, nitidamente, um problema de entendimento político entre os estados europeus, nomeadamente os da NATO, entre a Europa e os Estados Unidos, e agora, de novo, entre a Rússia e o Ocidente, tanto europeu e como norte-americano.

(7) Cf. *Foreign Report*, Inglaterra, de 27 de Outubro de 1994.

(8) Cf. *Foreign Report*, Inglaterra, de 27 de Outubro de 1994.

Tem sido discutido o aprofundamento e o alargamento de todas as organizações nascidas na Europa Ocidental, parecendo que o alargamento tem sido mais facilmente conseguido do que o aprofundamento. Põe-se a questão de definir até onde vai a fronteira da Europa.

O Ocidente pretende admitir uma Europa sem fronteiras, mas a Rússia, pelo contrário, indicou uma área de influência que deseja ver reconhecida internacionalmente, na qual quer ter um papel preponderante, hegemónico. Assim, a Rússia está a contribuir para aquilo que quer evitar: que a linha de divisão política da Europa se mantenha e se esteja a deslocar para Leste, da posição da *Cortina de Ferro* para as fronteiras geográficas do *Estrangeiro Próximo* que acaba de impor, isto é, para as fronteiras da ex-União Soviética.

Tal como a Rússia vê o problema, está a desaparecer a zona também entre a Europa organizada defensivamente e a Federação Russa. Consequentemente, o alargamento da área onde se move o *exército europeu* e, mais importante ainda, o alargamento da área da NATO perturba gravemente a sua noção de segurança.

As manobras da NATO na Polónia, realizadas no campo militar de Biedrusko de 12 a 16 de Setembro de 1994, as primeiras da *Parceira para a Paz* (PpP) e que reuniram unidades de 12 países, sendo 6 da NATO (EUA, Reino Unido, Holanda, Alemanha, Itália e Dinamarca), 4 da ex-Europa de Leste (Bulgária, Roménia, República Checa e Eslováquia), 1 da ex-URSS (Lituânia) e outro da CEI (Ucrânia), também não agradaram nada à Rússia, embora ela tenha aderido voluntariamente, mas sem grande convicção, à *Parceria para a Paz*.

Por tudo isto, o Presidente Ieltsin fala de *Paz Fria*.

Na Cimeira da CSCE apenas se verificaram dois acontecimentos importantes, mas à margem da Conferência. O primeiro foi a assinatura de um acordo de garantias de segurança dadas à Ucrânia pelos EUA, Rússia e Reino Unido. Este acordo possibilitou o segundo acto importante, que foi a confirmação pela Ucrânia, Biel Rússia e Cazaquistão, dos tratados que viabilizam a entrega, o controlo e a redução do armamento nuclear herdado da União Soviética.

Também no princípio de Dezembro de 1994 se realizaram as cimeiras da NATO (Bruxelas, 1 e 2) e da União Europeia (Essen, 9 e 10) sem que

nada de importante para o problema da segurança europeia tivesse sido decidido.

8. A COLISÃO DE CIVILIZAÇÕES

Ao analisar a situação actual das relações internacionais, e ao elaborar os seus cenários, Samuel Huntington fala da *colisão de civilizações* ⁽⁹⁾.

Admite oito civilizações principais: Ocidental, Confuciana, Japonesa, Islâmica, Hindu, Eslava-Ortodoxa, Latino-Americana e, possivelmente, a Africana.

Pensa que existem conflitos potenciais entre as várias civilizações, mas que o mais grave é o que poderá pôr frente a frente a Civilização Ocidental e uma provável aliança das civilizações Islâmica e Confuciana. E, mesmo quando fala de *guerras comerciais* que considera superáveis, diz que os Estados Unidos terão menos dificuldades nas suas relações com a Europa do que com o Japão porque a primeira pertence à mesma civilização e o segundo, o Japão, por si só, criou uma civilização diferente, resultante do caldeamento do xintuísmo, confucionismo e budismo.

Com esta proposta Huntington não pretende mais do que apresentar um novo paradigma que substitua o anterior da *guerra fria*, caracterizado por dois grupos diferenciados e em confronto, mas com a maioria dos conflitos a ocorrerem fora dos seus campos, num Terceiro Mundo mais pobre, instável e reclamando o não alinhamento. Por outro lado recorda que os paradigmas muitas vezes nos cegam, ou desviam a atenção de fenómenos importantes que ocorrem nas suas margens. Foi o que sucedeu em relação ao cisma sino-soviético ou à falta de prevenção ou de dissuasão britânica da agressão às Falkland.

Porém, outros autores contestam esta ideia. O Professor James Kurth ⁽¹⁰⁾ pensa que os conflitos mais significativos não serão os que poderão opor a Civilização Ocidental às outras ou à coligação de civilizações referida, mas sim aqueles que provavelmente surgirão no seio da Civilização Ocidental. As suas preocupações estão muito orientadas para os problemas internos dos

⁽⁹⁾ Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations?*, *Foreign Affairs*, Summer 1993, págs. 22 a 49.

⁽¹⁰⁾ James Kurth, *The Real Clash*, *The National Interest*, EUA, n.º 37, Fall 1984, págs. 3-15.

EUA e do seu carácter multicultural, o que se afasta do tema deste estudo. No entanto não deixa de fazer algumas referências à Civilização Ocidental e à Civilização Islâmica que têm bastante interesse para a Europa actual e que mais adiante se sintetizarão.

O Embaixador francês Marc Bonnefous ⁽¹⁾, escrevendo sobre a *unidade europeia* e sem fazer qualquer análise dos actuais conflitos, considera que existem quatro *Europas*. São quatro espaços geopolíticos que, resumidamente, caracteriza do seguinte modo:

A *Europa Ocidental*, cujas fronteiras se aproximam das do Império Romano do Ocidente, onde hoje existe um certo equilíbrio entre latinos, germanos e britânicos, que adoptaram a democracia e um liberalismo económico temperado. Nela predominam o catolicismo e as igrejas reformadas.

A *Europa do Centro e do Leste*, que se estende do Báltico aos Balcãs. Aqui ocorreram experiências várias, múltiplas divisões e aspirações contrárias. As fronteiras têm sido sempre pouco estáveis e nenhum «dossier» político está encerrado. Já se volta a sentir na região a forte influência germânica.

A *Europa das Estepes* que coincide, grosseiramente, com a Rússia. É o eixo do mundo eslavo-ortodoxo e da Moscóvia, enfrentando sempre os turcos e os muçulmanos. A identidade ortodoxa é mais forte do que a identidade étnica. Das quatro *Europas* é a mais continental.

A *Europa Muçulmana* é a região dos Balcãs que viveu sob o domínio dos otomanos. São cerca de 15 milhões, mas hoje é importante juntar-lhes os 10 milhões que vivem como imigrantes na UE e mais uns 12 milhões que vivem na Federação Russa, divididos quase igualmente pela Europa e Ásia. Em breve poderemos ter na Europa quatro países muçulmanos (Turquia, Chipre, Albânia e Bósnia, já que a Chechénia parece continuar integrada na Federação Russa). Estes povos têm uma alta taxa de crescimento populacional e Istambul deverá ser brevemente a maior cidade da Europa.

Por último o professor Johan Galtung ⁽²⁾ proferiu uma conferência no Instituto da Defesa Nacional, onde apresentou as relações internacionais, os conflitos e a paz, na Europa, sob uma perspectiva não muito divergente.

⁽¹⁾ Marc Bonnefous, Les quatre Europes, *Défense Nationale*, França, de Agosto-Setembro de 1994, págs. 91 a 98.

⁽²⁾ Professor Doutor Johan Galtung, conferência Teorias da Estruturação do Sistema das Relações Internacionais Visando o Estabelecimento da Paz, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 22 de Dezembro de 1994.

Considera, na sua análise, duas datas fundamentais e uma outra também importante. A primeira barreira, que perdura, é de 1054, quando a Igreja Oriental se separou da Igreja Católica. A segunda é de 1095, data do Concílio de Clermont, onde o Papa Urbano II apelou às cruzadas, faz exactamente nove séculos. A terceira data, de menor importância para o tema, é 1517, início da Reforma e da separação das igrejas reformadas em relação aos católicos.

Estas datas marcam o início de movimentos que deram origem à divisão cultural e religiosa da Europa em três áreas. A Europa Ocidental católica e protestante, a Europa ortodoxa e a Europa muçulmana. Esta ideia só difere da classificação do Embaixador Bonnefous porque considera a formação da Europa Central e de Leste como um fenómeno temporário terminado e que as razões exclusivamente políticas da sua génese recente não são tão importantes como as razões históricas e culturais que permitem incluir aquela região na antiga Cristandade.

As três Europas convergem e confrontam-se, há séculos, num ponto, Sarajevo, já denominado o epicentro dos *EUROquakes*.

Tendo em atenção que os paradigmas não abrangem todos os fenómenos, mas que, por outro lado, também os acontecimentos anómalos os não descredita (13), poderão encontrar-se em todas estas teorias, e nos debates que proporcionaram (14), alguns pontos comuns e alguns elementos para reflexão:

- 1.º A recuperação dos valores religiosos pela generalidade dos povos.
- 2.º A elevação dos valores religiosos a interesses vitais, interesses pelos quais as pessoas dão a vida.
- 3.º A defesa intransigente dos valores religiosos pelos diferentes grupos fundamentalistas e integristas, quer no interior dos próprios estados quer no estrangeiro, e ainda pelos grupos nacionais que lutam pelo reconhecimento da sua identidade ou da sua independência.

(13) Cf. Samuel Huntington, *If Not Civilizations, What?*, *Foreign Affairs*, de Novembro-Dezembro de 1993, págs. 186 a 194 (Huntington cita Thomas Kuhn).

(14) Para além do artigo de James Kurth aqui referido, e de muitos outros comentários em variadas publicações, as respostas a Samuel Huntington e a sua contra-argumentação constam de vários artigos publicados nos dois números seguintes da *Foreign Affairs*, de Setembro-Outubro e Novembro-Dezembro de 1993.

4.º A persistente referência ao factor religioso como elemento preponderante nas complexas causas dos eventuais conflitos mais graves.

5.º A identificação da Europa como região onde se cruzam as principais linhas de fractura e de atrito entre as três civilizações ou grupos civilizacionais de mais difícil relacionamento actual: católicos e protestantes da Europa Ocidental, eslavos-ortodoxos da Rússia e muçulmanos do Sueste da Europa e do Mediterrâneo.

6.º A não coincidência das referidas linhas de fractura com as fronteiras dos Estados, mesmo depois da fragmentação já ocorrida, que elevou de 35% o número de países do Velho Continente. É o caso da Chechénia muçulmana integrada na nação eslava-ortodoxa, da pequena Bósnia tri ou bipartida e de outras minorias étnicas ou religiosas criadas pelos sucessivos movimentos de fronteiras deste século.

7.º Por último, e numa apreciação de carácter mais genérico, verifica-se que nesta Nova Ordem Internacional, cujos contornos muito tardam a adquirir nitidez, a discussão passou sucessivamente do nível estratégico do confronto primeiramente para o nível político das necessidades económicas e do diálogo diplomático, para mais tarde começar a admitir a recon sideração dos valores e dos princípios que caracterizam culturas e civilizações. É nesse sentido que, por exemplo, algumas vozes norte-americanas começam a anunciar a autonomia dos Estados Unidos em relação à Civilização Ocidental, o que poderá enfraquecer gravemente as relações transatlânticas e fortalecer a sua exaustivamente afirmada vocação de líder mundial.

Aliás, parece que a dificuldade em definir a Nova Ordem Internacional está associada ao vazio ideológico. É provável, como diz Mário Vargas Llosa, que *uma das tarefas dos homens e mulheres das novas gerações seja derrubar os muros ideológicos das prisões do pensamento e da cultura* ⁽¹⁵⁾.

E assim, enquanto se manifestam todos os fundamentalismos e proliferam as seitas, Francis Fukuyama, Roger Garaudy, Samuel Huntington e André Malraux diagnosticam a crise. Fukuyama, talvez o mais optimista, defendia, em 1989, que *a democracia liberal poderia constituir o ponto terminal da evolução ideológica da humanidade e a forma final de governo humano, e,*

⁽¹⁵⁾ Mário Vargas Llosa, Os Filhos de Colombo, *Diário de Notícias*, de 29 de Janeiro de 1995, pág. 16.

como tal, constituiria o fim da história⁽¹⁶⁾; a hipótese avançada por Garaudy, de que o *moneteísmo do mercado* preenchia o vazio ideológico, parece estar a ser contrariada pela evolução mais recente; Huntington, como se referiu, pressagia um novo tipo de conflitos, de uma certa globalidade, resultante do confronto de civilizações seculares. André Malraux também constata o recrudescimento do factor religioso, reconhece a sua importância e globalidade, e resume as suas preocupações na já muito citada afirmação: *O Século XXI ou será religioso ou não existirá*⁽¹⁷⁾.

De qualquer modo, o preenchimento do vazio por uma nova ou por novas ideologias será, certamente, um processo lento e agitado.

O problema do Islão é importante e, porque constitui o risco mais sentido, merece um comentário.

O Islamismo nunca foi um Império unificado nem nunca teve um poder central forte⁽¹⁸⁾. Mesmo durante o Império Otomano, talvez o mais importante da história do Islamismo, outros coexistiram, na Pérsia e na Índia. Hoje, o Irão poderia pretender ocupar um lugar proeminente, mas a sua teologia shiíta e a sua etnia persa não lho permitem. Outros países importantes, como o Egipto, Turquia, Paquistão, Indonésia e Argélia, encontram mais causas de separação do que motivos de união, para além de estarem a enfrentar graves perturbações internas.

Assim, julga-se que a ameaça islâmica nunca poderá ser uma verdadeira ameaça, como a define a estratégia, e não será militar convencional. Ela será política, fragmentada e não coordenada na sua origem, dispersa quanto aos alvos escolhidos, desinteressada pelo diálogo, até porque não será fácil encontrar interlocutores, e sempre violenta. Continuará a recorrer frequentemente ao terrorismo, ao terrorismo suicida, e pode até realizar acções militares de êxito impossível, que para os ocidentais parecerão actos de loucura ou de desespero. A construção da *bomba atômica islâmica* é um perigo

(16) Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva, 1992, pág. 13.

(17) André Malraux, citado por João Caniço, que, a propósito, escreve: *Parece que o confirmam, para além da exigência religiosa inerente a cada homem (como seta desferida que nem a técnica, nem o pragmatismo, nem a descrença conseguem narcotizar), a dissolução recente do comunismo, o vazio da decadência ético-moral e a insatisfação vital do hedonismo consumista do Ocidente e povos ocidentalizados, sem esquecer, por outro lado, a febre crescente das seitas em aumento contínuo*. Editorial de Agência Ecclesia, Lisboa, Secretariado Nacional das Comunicações Sociais da Igreja, de 15 de Fevereiro de 1995.

(18) Cf. James Kurth, *op. cit.*

que não se pode descuidar. No âmbito das relações internacionais serão importantes os apoios políticos e logísticos que a comunidade islâmica poderá prestar a diversos grupos, facções ou nações envolvidas em conflitos europeus, tais como o apoio que está a prestar aos muçulmanos da Bósnia, a Chipre ou à Chechénia. Por último, a pressão demográfica é importante por razões culturais e de segurança. Note-se, por exemplo, que a França não está situada no que se definiu como *Europa Muçulmana*, mas tem já o islamismo como segunda religião.

9. CONCLUSÃO

Resumindo, poderá dizer-se que, não havendo *interesse vital* que congregue, a Europa apresenta-se como um mosaico de tradições e de diferenças culturais, profundamente enraizadas numa geo-história rica, complexa e de novo muito influenciada pelo factor religioso.

A reorganização do espaço europeu foi sempre, e está também a ser hoje, um processo lento e difícil. Na reestruturação, alargamento ou aprofundamento das organizações internacionais de defesa é necessário ter em conta que os aliados se comprometem a defender, até ao sacrifício da vida, valores e interesses comuns. É assunto que precisa de ser cuidadosamente ponderado, antes de qualquer nova adesão.

Na generalidade, há hoje uma maior cooperação entre os Estados. Têm diminuído os conflitos internacionais, mas têm aumentado os conflitos no interior das fronteiras que vinham sendo considerados indiscutíveis e invioláveis. Levanta-se a questão de saber se, no processo de reconhecimento dos Estados, deverá atribuir-se maior peso às fronteiras, até agora registadas, ou às nações que, no interior dessas fronteiras, lutam desesperadamente pelo reconhecimento internacional das suas independências. É uma questão antiga, mesmo na Europa Ocidental, o que muito prejudica o debate e, mais ainda, qualquer decisão internacional de consenso. Deverá prevalecer, no entanto, a ideia de que nenhum Estado pode aceitar ser ameaçado na sua integridade territorial ⁽¹⁹⁾.

⁽¹⁹⁾ Cf. Alexander Iakovlev, considerado o «Pai da Perestroika», Lisboa, *Diário de Notícias*, de 13 de Fevereiro de 1995.

Estes conflitos, por mais difícil que seja a sua resolução, não podem ter solução militar. A interposição de forças militares, quando muito, poderá conseguir suspender os conflitos e evitar perdas humanas, criando um ambiente que possibilite o diálogo político. E é já, sem dúvida, um objectivo de muito elevado valor. As partes em confronto terão que acreditar que são negociáveis determinados interesses que consideram vitais e que estiveram abafados durante longos anos de regimes dilatoriais. Por outro lado, a comunidade internacional e em particular a Comunidade Europeia deveriam contribuir para a procura de soluções com verdadeiro espírito de cooperação, isenção e solidariedade.

Será extraordinariamente difícil construir a União Europeia a partir do alargamento da Comunidade Europeia, se se verificar que na realidade não existe qualquer verdadeira comunidade.

Como disse o Núncio Apostólico em Lisboa, em 1992, *A Europa será a Europa da solidariedade ou não será Europa* ⁽²⁰⁾.

Ferraz Sacchetti

⁽²⁰⁾ Encontro promovido pela Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém, em Lisboa, em 9 de Abril de 1992.